

## **Greve dos caminhoneiros**

# **A pífia resposta do governo**

A greve dos caminhoneiros causou um grave problema de abastecimento em todo o país. Praticamente toda a população foi incomodada e os custos da greve ao país, ainda não contabilizados, foram enormes. No entanto, a greve não foi rejeitada pela sociedade e viram-se inúmeras reações, de ajuda e apoio aos grevistas, que mostraram o descontentamento da maioria com o preço dos combustíveis ou, mais geralmente, com a política do atual governo.

Depois de onze longos dias de greve, o governo cantou vitória com uma negociação com os grevistas. Chegou-se a um acordo que prevê que o preço do diesel nas refinarias ficará congelado por 60 dias e terá um desconto de 46 centavos por litro. Acordou-se também a isenção da cobrança de pedágio por eixo suspenso nas rodovias e a criação de uma tabela com preço mínimo de frete. Assim todas as reivindicações dos caminhoneiros foram atendidas, a greve estava terminada e tudo estaria bem, no melhor dos mundos.

Parabéns aos caminhoneiros? Não! A solução dada só durará por 60 dias. E a coisa não é nada boa para o resto da população.

Quando perguntado sobre um possível controle do preço da gasolina pelo governo, o ministro Eliseu Padilha deixou claro que só os pleitos dos caminhoneiros foram estudados e atendidos, focou-se apenas no preço do óleo diesel e não em outros preços. Pouco depois, como “prêmio”, o cidadão já sofreu um aumento na gasolina, de 19 centavos, nas bombas.

O governo permaneceu intransigente em sua política financista para a Petrobras, que, através da venda de campos de petróleo do pré-sal e da desativação de suas refinarias, está desvalorizando e sucateando o desenvolvimento tecnológico de primeira linha da Petrobras em extração e refino de petróleo. Uma política que impõe preços internacionais do petróleo aos cidadãos deste país, autossuficiente na sua produção. Enfim, uma política capaz de parar o país para garantir lucro para o capital improdutivo especulador internacional.

A política de refino do governo Michel Temer tirou o foco da Petrobras do abastecimento nacional

e tornou o preço dos derivados flutuantes. As mudanças, algumas vezes diárias, passaram a seguir o preço do barril internacional, sem qualquer proteção ao consumidor e preocupação com o desenvolvimento brasileiro.

Os preços mais altos que viabilizaram a importação dos derivados de petróleo; o diesel dos EUA aumentou a sua participação, de 41% em 2015 para mais de 80% do total importado pelo Brasil em 2017. Em nota à população, a Associação dos Engenheiros da Petrobras afirma que “ganharam os produtores norte-americanos, os ‘traders’ multinacionais, os importadores e distribuidores de capital privado no Brasil”, o que os levou a batizarem a operação de “America first!” (Os Estados Unidos primeiro!). Enquanto isso, as refinarias brasileiras diminuíram a produção, gerando enorme capacidade ociosa.

A solução encontrada pelo governo para reduzir o preço do óleo diesel (gasolina, gás de cozinha e álcool ficaram de fora) foi a mais antissocial possível. Serão reduzidas as alíquotas do PIS, do COFINS e da CIDE sobre o diesel. Para que sevem esses impostos? O PIS (Programa de Integração Social) tem como objetivo financiar o pagamento do seguro-desemprego, do abono e da participação na receita dos órgãos e entidades, tanto para os trabalhadores de empresas públicas, como privadas. O COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), como o próprio nome indica, tem como o objetivo financiar a Seguridade Social, ou seja, a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde Pública. Finalmente, os recursos da CIDE combustíveis (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) devem ser aplicados, entre outras coisas, em programas ambientais, para reduzir os efeitos da poluição causada pelo uso de combustíveis.



## Greve dos caminhoneiros (cont)

Para “resolver” o problema dos caminhoneiros, criado pela política financeira da Petrobras, o governo usa então recursos sociais destinados ao seguro-desemprego, à seguridade social e a programas ambientais contra a poluição do sistema rodoviário!

Outras soluções seriam possíveis. Uma bem simples e necessária seria um aumento da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) dos bancos, para quem a crise econômica passa longe.

Todo esse quadro de privilégio ao setor financeiro em relação ao capital produtivo e aos trabalhadores parece não se alterar com o pedido de demissão do

presidente da Petrobras, Pedro Parente. Seu sucessor, Ivan Monteiro, era o diretor financeiro da empresa e tem experiência similar a de Parente.

Nossos recursos naturais (neste caso, o petróleo) pertencem à nossa população. Devemos lutar sem descanso que eles sejam explorados por trabalhadores brasileiros e tratados com tecnologias desenvolvidas ou aperfeiçoadas aqui.

Todo nosso repúdio ao sucateamento das tecnologias em desenvolvimento ou existentes.

**O petróleo brasileiro é nosso  
e não de Wall Street!**

## Salário

## Atraso nos pagamentos

O SindCT foi contatado por servidores do DCTA que reclamaram que os salários não foram depositados no dia 4 de junho, segundo dia útil do mês. A ocorrência se deu por origem no Ministério do Planejamento (MPDG). Informações do GAP-SJC deram conta que o problema foi identificado pela Secretaria de Pagamento de Pessoal Civil da Aeronáutica – SDPP, que prontamente acionou o MP. O GAP informou

que o pagamento já começaria a ser regularizado no mesmo dia, o que de fato foi constatado pelo SindCT. Entretanto, solicitamos aos servidores que informem situações pessoais adversas. Não se espera recorrência do problema nos próximos pagamentos.



## Jurídico

## Aposentadoria Especial

Apesar da ausência de regulamentação da Aposentadoria especial do Servidor Público e do fantasma da reforma previdenciária que ainda assombra a todos, o Jurídico do SindCT continua obtendo êxito, junto à Justiça Federal do Rio de Janeiro, na concessão de aposentadoria especial, com integralidade e paridade aos servidores que possuem documentação comprovando que, por pelo menos 25 anos, trabalhou ou trabalha sob condições especiais.

Nunca é demais lembrar a necessidade do Laudo Técnico Individual e/ou Perfil Profissiográfico Previdenciário para a busca de tal direito.

Desde 2014, foram concedidas catorze aposentadorias especiais com integralidade e paridade aos servidores do DCTA filiados ao SindCT, sendo três nos últimos dois meses.

## Novo alerta: Cuidado com bandidos!

O SindCT tem sido procurado por servidores aposentados e pensionistas a fim de se aconselharem sobre contatos de associações ou escritórios de advocacia, autoidentificadas como representantes da classe, oferecendo serviços jurídicos.

Por carta ou telefone, os criminosos informam que os valores da aposentadoria ou pensão poderiam ser maiores; que existe uma quantia para receber, relativa a valores bloqueados ou atrasados. Afirmam que, para receber o tal dinheiro, é necessário ingressar numa ação e solicitam o pagamento de uma “pequena taxa”,

geralmente por depósito em uma conta, bem como que se assinem uma procuração e/ou contrato. Para criar um ar de credibilidade, citam números de supostos processos e falsas decisões judiciais e indicam suas localizações em endereços “fantasmas”.

**CUIDADO!**

Não caia nessa enganação. Sempre que for abordado, ainda que por telefone, não efetue nenhum pagamento, jamais passe dados pessoais ou números de contas bancárias.

**Desconfie!**

Busque orientação junto ao SindCT.



**Alerta de golpe**

**SindCT**

Mandato 2017-2020

E-mail: [imprensa@sindct.org.br](mailto:imprensa@sindct.org.br)

Rapidinha é uma publicação do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial – fundado em 30/08/1989

Rua Santa Clara, 432, Vila Ady Anna, CEP 12.243-630, São José dos Campos - SP Tel: (12) 3904-6655

Responsabilidade editorial: a diretoria Horário de atendimento na sede: 8h30 às 17h30

JORNALISTA RESPONSÁVEL: FERNANDA SOARES ANDRADE MTB 29 972

TIRAGEM: 3.500 EXEMPLARES

3.200 ASSINANTES ELETRÔNICOS